

# **Estado e fascismo: breve discussão sobre a luta de classes e a posição da Internacional Comunista**

**Bruno Prado Prates<sup>1</sup>**

**Sávio Peres Rego Loureiro<sup>2</sup>**

## **Resumo**

O fascismo é, hoje, um fenômeno ainda presente e fundamental na luta de classes. A utilização do termo fascismo em tempos atuais implica em colocar o debate sobre a possibilidade de identificação deste fenômeno com períodos históricos diferentes dos que criaram a Itália de Mussolini ou a Alemanha hitlerista, exemplos tradicionais de fascismo. É necessário, portanto, entender o fascismo a partir das relações de classe que o constituem, além de situar a ditadura fascista frente a uma concepção de Estado como um aparato repressor de uma classe sobre a outra. O presente artigo parte de uma breve discussão sobre o caráter de classe do Estado e de suas particularidades sob a forma burguesa, como também o caráter de classe do fascismo e quais suas implicações para a política do Estado frente à classe trabalhadora. Além do movimento contrário: as políticas a serem adotadas pela classe trabalhadora e os comunistas frente à ditadura fascista, dando enfoque ao debate realizado a partir da Internacional Comunista.

**Palavras-Chave:** Estado; fascismo; Internacional Comunista; Dimitrov

## ***Abstract***

*Fascism is today a phenomenon still present and fundamental in the class struggle. The use of the term fascism in modern times implies putting the debate on the possibility of identifying this phenomenon with historical periods different from those that created Mussolini's Italy or Hitler's Germany, traditional examples of fascism. It is necessary, therefore, to understand fascism from the class relations that constitute it, besides situating the fascist dictatorship in a conception of State like a repressor apparatus of one class on the other. The present article starts from a brief discussion about the class character of the State and its particularities in the bourgeois form, as well as the class character of fascism and its implications for the State policy towards the working class. In addition the contrary movement: the policies to be adopted by the working class and the Communists towards the fascist dictatorship, giving focus to the debate carried out from the Communist International.*

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

**Key-words:** *State; fascism; Communist Internacional; Dimitrov*

### **Introdução**

O fascismo é, hoje, um fenômeno ainda presente e fundamental na luta de classes. Muito bem apontou John Pilger ao sinalizar que as elites mundiais, em seu anseio por guerra, fazem o fascismo ressurgir como um dos problemas fundamentais na geopolítica, mesmo partindo de sociedades ditas liberais (PILGER, 2015).

Mesmo na falta do reconhecimento de certos eventos atuais enquanto fascismo, é comum evocar o termo como forma de realçar certas características marcantes de governos ou movimentos políticos que ganham espaço no século XXI, ou, ainda, a elaboração de novos termos, como neo-fascismo ou proto-fascismo, buscando estabelecer a associação entre os fenômenos sem correr o risco de generalizar demasiadamente o termo.

A utilização do termo fascismo em tempos atuais implica em colocar o debate sobre a possibilidade de identificação deste fenômeno com períodos históricos diferentes dos que criaram a Itália de Mussolini ou a Alemanha hitlerista, exemplos tradicionais de fascismo. Para responder a essa questão, faz-se necessário apreender os elementos mais essenciais do fenômeno do fascismo, separando o que é necessário do que é acidental, ou adaptável à determinações históricas específicas.

Partiremos da consideração de que um fenômeno pode aparecer de formas diferentes ao longo da história, carregando as particularidades que determinado lugar, em determinado momento, sob determinadas condições, podem apresentar. Isso, no entanto, não implica necessariamente no abandono do termo, na medida em que suas características essenciais permanecem e podem ser descobertas sob as mais variadas aparências. É devido à diferença entre essência e aparência que a ciência faz-se necessária, como já alertava Karl Marx (2017)

Assim, entendemos que devem ser rejeitadas as conclusões gerais de análises que, focando em aspectos aparentes, perdem de vista as determinações mais fundamentais do fascismo, que tornam possível sua identificação em momentos históricos distintos.

Por essa razão, acreditamos ser necessário entender o fascismo a partir das relações de classe que o constituem, além de situar a ditadura fascista frente a uma concepção de Estado que contemple as contradições mais fundamentais do momento em que surge o fenômeno, a saber: do capital monopolista, o imperialismo. Assim,

partiremos de uma breve discussão sobre o caráter de classe do Estado e de suas particularidades sob a forma burguesa, reflexão que, acreditamos, foi bem fundamentada por Marx, Engels e Lenin.

Na sequência, apresentaremos o debate sobre o caráter de classe do fascismo e quais as implicações desse caráter para a política do Estado (a ditadura fascista) frente à classe trabalhadora, bem como o contrário: as políticas a serem adotadas pela classe trabalhadora e os comunistas frente à ditadura fascista. Nesta exposição nos concentraremos no debate em torno do VII congresso da Internacional Comunista (IC), onde Georgi Dimitrov proferiu o discurso que orientaria o movimento comunista mundial a lutar pela consolidação de frentes únicas da classe operária contra o fascismo.

### ***Estado e luta de classes***

Entre Dezembro de 1851 e Fevereiro de 1852, Marx escreve sua obra O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Nesta obra, ele analisa as fases percorridas pela revolução francesa de 24 de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, uma revolução em que a oposição - composta pela burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana, o operariado social-democrata - ocupa temporariamente o governo francês (MARX, 2011).

Apesar de esses elementos contraditórios terem se reunido para derrubar do poder a aristocracia financeira, os banqueiros, representada pela casa dos Orleans que chegou ao poder em 1830, quando instalado o período de Assembleia Nacional (4 de Maio de 1848), no qual seria fundada a nova Constituição da república, o proletariado parisiense se deu conta do seu caráter burguês e “tentou em vão negar a sua existência à força, dissolvê-la, desagregar novamente nos seus componentes individuais a estrutura orgânica com a qual o espírito reacionário nacional o ameaçava”, mas o que conseguiu foi “afastar Blanqui e os seus camaradas, isto é, os verdadeiros líderes do partido proletário, da arena pública durante todo o ciclo aqui em pauta” (MARX, 2011, p. 34).

Portanto, importante ressaltar, malgrado os Orleans terem sido destituídos na Revolução de Fevereiro, eles não saíram completamente do poder: “durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo” (MARX, 2011, p. 36). Ou seja, “à monarquia burguesa de Luís Filipe só poderia seguir a república burguesa, isto é, ao passo que, em nome do rei, o governo foi exercido por

uma parcela restrita da burguesia, em nome do povo, a totalidade da burguesia passaria a governar” (MARX, 2011, p. 34).

A aristocracia financeira, a burguesia industrial, os latifundiários; tendo a reboque a classe média, os pequenos burgueses, além de estarem protegido pelo exército e “pelo lumpemproletariado organizado como guarda móvel” (MARX, 2011, p. 35) conseguiram montar um Estado burguês, dito republicano, que já em Junho do mesmo ano da revolução de 1848 passou a massacrar o proletariado parisiense que “isolado dos seus aliados pequeno-burgueses e camponeses e sem uma liderança global [...] sofreu uma derrota sangrenta. A insurreição constituiu uma reviravolta na revolução em toda a Europa.” Foi neste momento que, segundo Marx, “a contrarrevolução assumiu contornos definitivos e partiu para o ataque” (MARX, 2011, p. 34).

O que está sendo ressaltado é que o novo Estado burguês constituído na França da época, controlado agora não mais por uma parcela da burguesia, mas dividido entre os seus espectros dentro de uma Assembleia Nacional, controla e direciona, em conjunto, o poderio militar para manter as contradições de classe e oprimir e eliminar os elementos dentro da sociedade francesa que pudessem contrariar os interesses da burguesia financeira e latifundiária organizada no Partido da Ordem. O Estado, portanto, é o poder repressor específico de uma classe contra outra. No caso do Estado burguês, é o poder da burguesia contra o proletariado.

Esta última percepção fica nítida quando Lenin escreve, num contexto do imediato pré-Revolução de Outubro de 1917, O Estado e a Revolução, no qual busca aprofundar a definição de Estado como um poder repressor específico sobre uma classe oprimida, ou seja, poder repressor sendo exercido pela burguesia ou pelo proletariado. Assim, é possível entender as limitações que o atual Estado Democrático de Direito, burguês, tem em relação ao fim da opressão, da desigualdade, da exploração do trabalho, da miséria e de toda as formas de degradação do ser humano que, dia após dia, é possível verificar nos jornais, nas ruas, nas periferias.

As lutas por direitos dentro do Estado burguês são importantes e conseguem, em alguma medida, aprovar leis e garantias fundamentais que buscam melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora e que, minimamente, conseguem ser executadas, mas como já analisava Marx sobre o Estado burguês na França, essas leis são justamente implementadas e reguladas conforme os interesses da burguesia. Assim, quando executadas, tais leis proporcionam condições de manutenção da vida de modo que não

são contraditórias aos interesses da burguesia, pelo contrário, esta parcela da população também se beneficia. Entretanto, quando o Estado burguês vê-se ameaçado, trata de proibir ou restringir os direitos à classe trabalhadora, agindo em nome da segurança pública, a fim de garantir a segurança da burguesia (MARX, 2011).

Sendo assim, alguns direitos e garantias, como o SUS, a educação pública, previdência e proteção trabalhista, são arrancadas do Estado burguês a partir das lutas sociais. Porém, nada impede de que, quando a burguesia necessitar de retomar os lucros, por exemplo, depois de uma grande crise econômica, ela busque retirar esses direitos a partir da pressão política e midiática ou, quando não o consegue pelos meios "democráticos" do Estado burguês, constitua um Estado mais intenso, de exceção, autoritário que consiga impor pela forças as medidas contra a classe trabalhadora que visam aumentar o lucro da classe dominante.

Cabe ressaltar que o Estado não é uma forma enrijecida e o que Lenin procura reforçar é a necessidade de se ter um Estado para conseguir passar para uma forma de não Estado (comunismo). Pois o Estado é um poder repressor específico de uma classe sobre a outra. Isso indica que para que se consiga combater a burguesia e seu Estado, os milhões de trabalhadores oprimidos devem tomar este poder para a classe operária, porém, modificando-o. A extinção do Estado seria a extinção do Estado burguês e, conseqüentemente o nascimento do Estado proletário. Assim, não teria condições do Estado burguês "definhando e morrer" e a sociedade chegar ao comunismo, ponto aonde não se teria antagonismos de classe, pois esse tipo de Estado não busca a eliminação destas contradições. Esse tipo de Estado é comandado por uma parcela ínfima da população e sua fundamentação é a defesa dos interesses da classe rica. É necessário, pois, sua abolição (LENIN, 2017).

Entende-se, então, que há a necessidade de uma forma de organização de classe, com destacamento de pessoas armadas, para conseguir dar continuidade aos interesses específicos de cada classe, contraditórias entre si. E essa organização da classe trabalhadora, após a revolução socialista, teria forma no Estado proletário: passando, então, a defender seu interesse como classe dominante. Sendo assim, contrapondo os argumentos anarquistas, seria necessária a abolição do Estado burguês como ele existe e a criação do Estado proletário que teria o seu papel nas medidas a serem tomadas, e posterior execução, no sentido da redução das contradições de classe, até o limite no qual estas contradições não mais existissem e o Estado, poder repressor específico de uma classe sobre a outra, não mais fosse necessário: portanto, definha e morre.

Por isso, cabe reforçar que o Estado proletário não assume os mesmos mecanismos de estruturação da máquina pública que o Estado burguês. Um exemplo foi a Comuna de Paris em 1871, acontecimento histórico muito importante de luta do povo trabalhador que enterrou por terra o governo de Luis Bonaparte na França. E a forma de governo que os membros da comuna fizeram, serviu de exemplo e impulsionou as lutas que vieram a acontecer nas décadas posteriores:

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade [de Paris], responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi logo despojada de seus atributos políticos e convertidos em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna, até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operário. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desaparecem com os próprios dignitários do Estado. (...) Os funcionários judiciais deviam ser despojados daquela falsa independência (...) deviam ser eletivos, responsáveis e demissíveis (LENIN, 2017, p. 65).

Portanto, percebe-se uma distinção bem clara da organização interna da administração pública em comparação ao que se pode observar do Estado burguês, porém não deixando de ser Estado. Ou seja, "enquanto o proletariado ainda faz uso do Estado, ele o usa no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários. A partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal" (LENIN, 2017, p. 88).

A convivência de elementos contraditórios, como os interesses econômicos que não se consegue conciliar; a busca incessante da exploração do pobre pelo rico, de quem vende a força de trabalho pelo dono meios de produção caracteriza a sociedade de classes. O Estado é um produto desta sociedade: a forma que se tem de evitar que os antagonismos de classes conduzam aos membros dessa sociedade a uma guerra sangrenta. Impedindo que as classes dentro de uma sociedade se relacionem de maneira crua, o Estado é criado para amortecer esse choque e manter os limites da ordem.

Dessa forma, percebe-se que quanto maior é a contradição de classe, mais tenderá um Estado a ser mais forte. Ou seja, quando os conflitos são exacerbados pelo choque, colisão, dos interesses antagônicos das classes, maior será a necessidade de um

Estado maior e, retomando que o Estado é constituído por um governo de uma classe sobre a outra, dispondo de um aparato repressor para tal, teremos as formas de Estados mais incisivas.

É possível observar na França essa percepção quando o Partido da Ordem, representando a burguesia, perde força para conseguir comandar o Estado e tem que buscar refúgio, para manter os seus interesses, no governo de um Estado de Exceção como o de Luiz Bonaparte. Marx coloca que, nesse contexto,

A burguesia, pelo visto, não tinha outra alternativa senão eleger Bonaparte. Quando, no Concílio de Constança, os puritanos se queixaram da vida depravada dos papas e reclamaram a necessidade de uma reforma dos costumes, o cardeal Pierre d'Ailly bradou-lhes: 'O único que ainda pode salvar a Igreja católica e o diabo em pessoa e vós rogai por anjos'. Assim também bradou a burguesia francesa após o coup d'état: o único que ainda pode salvar a sociedade burguesa é o chefe da Sociedade 10 de Dezembro! Só o roubo pode salvar a propriedade, só o perjúrio pode salvar a religião, só a bastardia, a família, só a desordem, a ordem! (MARX, 2011, p. 150).

Faz-se necessário destacar, portanto, que a forma que o Estado adquire depende fundamentalmente da luta de classes. É na relativa estabilidade da dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora que reside a democracia burguesa, assim como é na incapacidade de manter essa dominação, na crise política, na exacerbação da luta de classes, que reside formas diferentes, de “exceção”, como o governo de Luis Bonaparte e outras conformações do Estado burguês vistas como bonapartistas. Por sua vez, a ditadura do proletariado também surge como uma alternativa, consistindo da dominação do proletariado sobre a burguesia, fruto da correta organização dos comunistas na direção da classe trabalhadora em meio à luta de classes.

Nota-se que a análise marxista das formas de Estado confirma a tradicional constatação de Marx (1982): as relações de produção constituem a estrutura sobre a qual se ergue uma superestrutura (a vida social, política e espiritual). Sendo assim, aspectos como direito, religião, ideologia e política são condicionados pelas relações de produção que os originam, neste caso, as relações capitalistas.

Destacamos, entretanto, que esta fórmula deve ser compreendida em seu devido rigor, fundamentalmente não determinista. A forma que o Estado adquire não consiste em mera transposição mecânica do movimento das relações econômicas, da produção, mas é um produto da expressão política mais fundamental dessas relações, que une estrutura e superestrutura na práxis: a luta de classes.

É a partir destas considerações que buscaremos compreender o fascismo. Este, também uma forma de Estado de exceção, que surge da luta da burguesia pela garantia de sua dominação sobre os trabalhadores em um momento particular do modo de produção capitalista: o imperialismo, época de dominação do capital monopolista.

Várias são as semelhanças entre fascismo e bonapartismo, mas suas particularidades nos levam a rejeitar a identificação entre os fenômenos. Bonapartismo descreve uma autonomia relativa do Estado em relação às classes. Momento em que, numa situação de “equilíbrio” entre as classes (no sentido de ambas possuírem a mesma força), as classes dominantes sacrificam seu poder político, pondo-o nas mãos de um salvador, para preservar seu poder econômico. Assim, surge o bonapartismo como forma particular de Estado, representando a burguesia e o proletariado (POULANTZAS, 1972), a exemplo da análise de Marx aqui exposta, sobre o governo de Luis Bonaparte.

Segundo Poulantzas, associar este fenômeno ao fascismo leva a um erro essencial: tanto na Itália como na Alemanha não houve crise política de equilíbrio. “Ao longo de todo o processo de fascização, é a burguesia o aspecto principal da contradição principal.” (POULANTZAS, 1972, p. 68). Além disso, Togliatti (1976) alerta que esse tipo de identificação leva à mistificação do fascismo como uma ditadura burguesa, muitas vezes sendo associado a uma ditadura de Hitler ou Mussolini, por exemplo.

Togliatti também destaca que este erro se deve, muitas vezes, a uma transposição mecânica das análises de Marx a um período posterior do capitalismo no qual as formas de dominação de classe são distintas. Como dito, o fascismo corresponde ao imperialismo, período de dominação do capital monopolista e de aprofundamento da financeirização do capital: a fusão do capital bancário com o industrial. No estágio do imperialismo, as formas tradicionais de dominação burguesa frequentemente não conseguem garantir o lucro máximo almejado pelos monopólios, levando a uma tendência reacionária do Estado burguês, sendo o fascismo uma de suas expressões.

### ***O fascismo e a Internacional Comunista***

Em 1935 ocorreu, em Moscou, o VII Congresso da Internacional Comunista (IC), onde o tema do fascismo, fenômeno em ascensão no mundo naquele momento, foi foco de intensos debates. O informe principal, que sintetizaria a orientação da IC para os Partidos Comunistas ao redor do mundo, foi responsabilidade do búlgaro Georgi Dimitrov.

Em seu informe, Dimitrov (2014) caracteriza o fascismo como “a ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (DIMITROV, 2014, p. 14) e segue com uma análise do caráter de classe do fascismo e sua relação com a classe operária, culminando em formulações sobre as formas de enfrentamento contra o fascismo, resultado do acúmulo prático e teórico do movimento comunista internacional.

Na discussão sobre o caráter de classe do fascismo, Dimitrov se posiciona contra teses recorrentes que relativizam o aspecto de ditadura da grande burguesia e destaca:

O fascismo não é um poder situado por cima das classes, nem o poder da pequena burguesia ou do lumpemproletariado sobre o capital financeiro. O fascismo é o poder do próprio capital financeiro. É a organização do ajuste de contas terrorista com a classe operária e a parte revolucionária dos camponeses e dos intelectuais. O fascismo em política exterior é o chauvinismo em sua forma mais brutal que cultiva um ódio bestial contra os demais povos. (DIMITROV, 2014, p. 14).

A partir dessas considerações, Dimitrov defende a tese da *Frente Popular Antifascista*, construída sobre as bases de uma *Frente Única Proletária*. Esta consiste na defesa de que, na luta contra o fascismo, os comunistas devem se juntar a outras tendências políticas, propondo a unidade sem a burguesia e contra o governo fascista. Assim, os comunistas não devem ter medo de se somarem às massas e suas contradições, pois é em seu seio onde é possível organizar a classe trabalhadora para derrotar formas mais agressivas do estado burguês.

A proposta da Frente Única implica em algumas considerações sobre a atuação dos comunistas em seu trabalho diário. A primeira delas é a necessidade de abandonar o sectarismo: é preciso dialogar com as mais diversas tendências vinculadas à esquerda, inclusive, se necessário, fazendo concessões para que a unidade seja possível. É, entretanto, importante frisar o caráter anti burguês dessa unidade.

Segundo Dimitrov, a Frente Única deve ser consolidada sem a burguesia, sendo tarefa central dos comunistas afastar os setores social-democratas e demais membros da esquerda conciliadora da classe burguesa, de forma a se somarem à unidade da classe trabalhadora. Isso nos leva à seguinte conclusão: a consolidação de uma Frente Única com setores recuados da esquerda significa uma vitória do programa comunista, que sempre se coloca junto à classe operária, sobre o programa social-democrata, que atende aos interesses da burguesia.

Mas porque a classe burguesa não deve participar da Frente única? Essa avaliação da IC frente ao problema da luta contra o fascismo se justifica pelo reconhecimento do caráter burguês do governo fascista, que atende, como dito, aos interesses do grande capital, com o capital financeiro se posicionando como fração dominante. Sendo assim, não é possível combatê-lo junto à elementos da classe dominante, na medida em que essa não exitará em assumir contornos reacionários e mais violentos se isso for necessário para se manter no poder e garantir seus lucros.

A segunda consideração importante sobre a atuação dos comunistas é a necessidade de se somar incansavelmente às massas, disputando inclusive as organizações de massa da ditadura fascista. O búlgaro nota que, no momento de agressão contra a classe trabalhadora que a ditadura fascista consolida, os comunistas perderão sua capacidade de organizar a luta operária se se afastarem das massas. Sendo assim, mesmo as organizações criadas com vista a ampliar a influência do fascismo sobre a classe trabalhadora devem ser disputadas pelos comunistas, visando expor as contradições do fascismo, seu caráter antipopular e burguês, e, assim, ganhar as massas para a luta dos comunistas.

O processo de aliança antifascista deve, seguindo sempre as particularidades nacionais, se alargar, de forma a consolidar uma *Frente Popular Antifascista* sobre as bases da Frente Única. Segundo Dimitrov, o êxito da luta do proletariado depende da aliança com outros setores explorados, como os camponeses trabalhadores e as massas da pequena burguesia.

Sendo assim, faz-se necessário criar uma Frente Popular que contemple também estes setores explorados e os inclua na luta contra o fascismo. Diz o autor:

O fundamental, o decisivo para estabelecer a Frente Popular antifascista é a ação decidida do proletariado revolucionário em defesa das reivindicações destes setores e, em particular, dos camponeses trabalhadores, das reivindicações que estejam na razão dos interesses primordiais do proletariado, combinando no decorrer da luta as aspirações da classe operária com estas reivindicações (DIMITROV, 2014, p. 37).

Dimitrov, por fim, ressalta o caráter geral destas propostas, que deve ser aplicado tendo em vista sempre as particularidades locais, adequando as orientações às necessidades concretas da classe operária de cada país. Cabe destacar, portanto, que o informe do VII Congresso deve ser compreendido a partir das experiências dos comunistas na luta contra o fascismo e dos erros e acertos da IC no diagnóstico dessa luta até então, cabendo aos novos partidos e organizações buscar apreender o que há de

mais fundamental nas análises apresentadas e adaptá-las corretamente às mais variadas conjunturas.

Por muito tempo a Internacional Comunista sustentou uma avaliação economicista sobre o problema do fascismo (POULANTZAS, 1972). A partir dos debates iniciais da IC sobre o tema, chegava-se à conclusão de que os diversos fenômenos políticos e novas formas de estado burguês que se colocavam principalmente nos anos 30 deveriam ser analisados exclusivamente a partir do modo de produção e da conjuntura econômica.

Esse economicismo levou a IC a alguns erros na sua concepção sobre o fascismo, menosprezando as formas particulares de dominação que se apresentavam. Essas diferentes formas de organização também demandavam diferentes formas de luta política da classe operária, sendo necessário, portanto, rever estes erros para dirigir corretamente a atuação dos comunistas pelo mundo.

O primeiro erro é a tese do social-fascismo: o fenômeno do fascismo constituiria nada mais que uma extensão da democracia burguesa. Assim, a ditadura fascista, sendo uma ditadura da burguesia contra a classe operária, seria muito semelhante à democracia burguesa, apenas com contornos mais violentos. Essa avaliação resultou numa atuação prática de ultra-esquerda: os Partidos Comunistas identificaram a social-democracia, vista como social-fascista, como a principal inimiga da classe operária, combatendo-a de forma intransigente, por vezes com mais energia do que o combate aos fascistas.

Este erro, segundo Poulantzas, vem da identificação da dominação econômica com o que o autor chama de hegemonia política. Segundo o autor, o fascismo não é a simples dominação da burguesia sobre os trabalhadores: a conjuntura do fascismo corresponde a uma reorganização da hegemonia no bloco no poder (a aliança de várias classes e frações de classes dominantes), redistribuindo os pesos das forças que fazem parte do bloco. Assim, o fascismo estabelece uma nova força hegemônica no bloco: o capital financeiro, grande capital monopolista (POULANTZAS, 1972).

Outro erro da IC foi afirmar que o fascismo não poderia se instaurar na Alemanha pois era um país economicamente avançado. Esse erro, evidenciado pela história, também é fruto de uma interpretação economicista, na qual o avanço das forças produtivas seria suficiente para prevenir o avanço do fascismo, desconsiderando-se a luta de classes particular do país. Poulantzas, ao considerar a luta de classes e a situação

do imperialismo no mundo àquela época, conclui que o fascismo surgiu na Alemanha, pois, assim como na Itália, o país era um elo fraco da cadeia imperialista.

O imperialismo, como estágio superior do modo de produção capitalista, seria constituído por cadeias globais, onde diversos elos seriam constituídos no processo de dominação global do capital monopolista financeiro. Estes elos podem ser divididos entre fortes e fracos, sendo o critério para a essa distinção um importante rompimento com a perspectiva economicista: as relações econômicas, políticas e ideológicas de uma sociedade. Sendo assim, a perspectiva das cadeias imperialista compreende a totalidade das relações de produção, sua base e superestrutura, buscando assinalar em qual país a dominação imperialista se estabelece de forma instável e tendendo a ruir. (POULANTZAS, 1972).

Assim, o rompimento de um elo da cadeia imperialista pode resultar nas mais diversas formas de estado e poder político, sendo o socialismo e o fascismo as duas principais formas de poder que se apresentavam como alternativa à democracia liberal burguesa. Lenin argumentava que a revolução eclodiria na Rússia por ser o elo mais fraco da cadeia imperialista: o elo era fraco no aspecto econômico (diversas formas de produção coexistentes), político (czarismo) e ideológico (crise ideológica).

Poulantzas argumenta que, depois da Rússia, os próximos elos mais fracos seriam a Itália e a Alemanha, ainda não plenamente consolidados como capitalismo monopolista e que, por isso, buscavam realizar a transição. Não por acaso, foi aí que o fascismo surgiu: não existia nesses países uma dominação estável do capital financeiro, comum aos elos relativamente fortes e, por isso, formas de dominação diferenciadas apareceram.

A Alemanha não passou por uma revolução burguesa propriamente dita. Houve uma “revolução” vinda de cima, com Bismarck, em parceria com a nobreza. O processo de consolidação de todos os elementos econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo foi, portanto, realizado tardiamente e carregado de contradições, levando a Alemanha a ser um elo fraco do imperialismo. No caso da Itália, a burguesia era extremamente fraca, só se consolidou em parceria com a propriedade agrícola, esta sendo politicamente preponderante. Estes elementos fizeram com que o fascismo ganhasse força, se apresentando como uma alternativa real, em contraste com o que a IC erroneamente previa para a Alemanha (POULANTZAS, 1972).

Há, ainda, outro importante erro da IC derivado de sua interpretação economicista dos fatos: a caracterização do fascismo como produto de uma

contrarrevolução. Nessa abordagem, o fascismo surgiria como uma resposta da burguesia frente a uma ameaça revolucionária da classe operária, de forma a conter a revolução e se manter no poder.

No entanto, o fascismo não surge como resposta à força do proletariado. Isso significaria entendê-lo como artifício de uma burguesia débil, em derrota, além de localizá-lo como estágio imediatamente anterior à revolução e à ditadura do proletariado. Isso é falso, e o contrário é mais verdadeiro: o fascismo pode ser visto como o castigo do proletariado por não levado a revolução adiante, como bem demonstrou Clara Zetkin. (POULANTZAS, 1972).

Este erro da IC nos leva a uma observação importante: existem momentos de defensiva e momentos de ofensiva da classe operária e da burguesia, bem como momentos de “estabilização relativa”. É importante identificar corretamente estes momentos para avaliar as táticas e a situação política. Diferente do que muitos defendem (por exemplo a IC em congressos anteriores) o fascismo não surge em um momento de fraqueza da burguesia e ofensiva da classe operária (o que embasa o argumento da contra-revolução). Pelo contrário, o fascismo é a demonstração de força da burguesia e constitui uma situação de ofensiva da burguesia e defensiva da classe operária. (POULANTZAS, 1972) Por isso a necessidade de frentes amplas, corretamente diagnosticadas por Dimitrov.

Outros importantes elementos que dão sustentação à tese do sétimo congresso da IC podem ser encontrados na obra de Palmiro Togliatti, grande dirigente comunista italiano. Togliatti (1976) parte da mesma concepção de Dimitrov sobre o fascismo, destacando alguns elementos:

Primeiro: a probabilidade de consolidação de uma ditadura fascista depende do grau de espírito de luta da classe trabalhadora e de sua capacidade em defender as instituições. A luta pela defesa das instituições democráticas permeia e se torna uma luta por poder.

Segundo: Fascismo não é sinônimo de “reação” ou “terror”, e não podemos usar o termo para descrever apenas o ataque à classe trabalhadora e às instituições democráticas. A reação só se torna fascismo quando adquire um caráter de massa, organizando a burguesia e a pequena burguesia. Sobre isso é importante não criar confusões: o fascismo é a ditadura aberta do capital financeiro, mas organiza outros setores da burguesia e a pequena burguesia a seu favor, em um movimento de massas.

Terceiro: “Nada se parece mais com um camaleão do que a ideologia fascista” (TOGLIATTI, 1976, p. 10). A ideologia fascista não é homogênea, ela é um instrumento para juntar os mais diversos setores da sociedade em um movimento de massas, e por isso se adapta de acordo com a situação. Sempre devemos olhar para a ideologia fascista considerando os objetivos que o fascismo pretende atingir em um dado momento com uma dada ideologia. Provavelmente o único aspecto comum a todos os fascismos é o discurso nacionalista.

Ou como observou Palme Dutt: “Demagogia [...] é a arte de aproveitar-se das esperanças e dos medos, das emoções, da ignorância dos pobres e do sofrimento para beneficiar o rico e o poderoso. É a mais maléfica das artes. É a arte do fascismo” (DUTT, 1978, p. 123, tradução nossa).

Togliatti oferece, ainda, análises fundamentais, a partir da experiência italiana, sobre a necessidade de inserção nas massas, por parte dos comunistas, mesmo nas situações de ditadura fascista. O passo inicial é compreender a relação do partido fascista com o Estado e com as massas: existiu no seio do partido fascista um importante debate sobre a primazia do partido sobre o estado ou vice versa. No início, prevaleceu a concepção de que o partido deveria ser a autoridade máxima, mas com o desenvolvimento da ditadura fascista o partido foi assimilado pelo estado, tornando-se uma milícia subordinada a ele e delegando seus quadros a atividades burocráticas.

Esse fenômeno ocorreu juntamente com um amplo recrutamento de massa e a simultânea exclusão das massas dos debates políticos internos. O militante fascista comum saberia da posição do partido a partir do jornal, como qualquer outra pessoa. Os espaços de debate político tornaram-se exclusivos de uma elite burocrática, formada por representantes da alta burguesia. Tudo isso como forma de evitar crises políticas internas. No entanto, as massas logo sentem os reflexos de tal política excludente e, assim, devem ser disputadas na luta antifascista.

Com o tempo e o processo de burocratização do partido, vários trabalhadores passaram a ingressar no partido fascista para ganharem vantagens no trabalho, muitos deles sem nenhum vínculo ideológico com o partido. A entrada, portanto, era semi-compulsória: ninguém era obrigado a entrar no partido mas, se não entrasse, ficaria para trás em diversos espaços. Por exemplo: em um processo de contratação, entre dois candidatos parecidos, o candidato que fosse membro do partido seria o contratado. Além disso, apenas membros do partido podiam ser servidores públicos.

Para expandir sua inserção nas massas o fascismo italiano criou diversas organizações paralelas, com destaque para 3 organizações de juventude: Balilla (para crianças até 14 anos), Vanguardistas (de 14 a 17), e Juventude Fascista (de 17 até 21, quando poderiam ingressar no partido fascista). Além disso, existiam os Grupos Universitários Fascistas, estes mais envolvidos politicamente, carregando a contradição de logo questionarem os argumentos que sustentam a ditadura fascista.

Com o tempo as massas se tornam descontentes com o regime fascista, na medida em que este serve aos interesses da grande burguesia. Assim, torna-se cada vez mais difícil dirigir as organizações paralelas, visto que as massas trabalhadoras e a pequena burguesia, também descontente, estão presentes em massa nestas organizações. Na Itália, várias revoltas e greves passaram a eclodir incluindo (ou mesmo sendo iniciadas por) membros do partido fascista e suas organizações, abrangendo, inclusive, membros da milícia fascista.

Esse descontentamento das massas frente ao fascismo nos leva ao problema da disputa dessas massas na luta antifascista. Seguindo a tática da disputa das organizações de massas do fascismo, Togliatti analisa a experiência dessa disputa por parte dos comunistas italianos. Desta análise, destacaremos duas organizações fundamentais: os sindicatos e o *Dopolavoro*.

“O terreno dos sindicatos fascistas é o terreno mais variável na estrutura da ditadura fascista e do fascismo; é o mais variável porque, aqui, as relações de classe são refletidas diretamente e imediatamente” (TOGLIATTI, 1976, p. 61). Existem três caminhos possíveis para os sindicatos: o primeiro é a burguesia corromper os líderes sindicais reformistas, defensores do capitalismo, utilizando-os para controlar a luta dos trabalhadores; o segundo é a classe trabalhadora, por meio dos sindicatos, se organizar e, assim, chegar ao poder: o socialismo; no entanto, quando a questão do poder popular é colocada, a burguesia intervêm com a terceira alternativa: a ditadura fascista.

Togliatti destaca que “os sindicatos fascistas não podem ser vistos como um bloco sem conflitos, sem contradições. Os sindicatos fascistas representam um terreno onde podemos ver contínuas lutas, onde podemos ver uma constante modificação das relações de classe e de formas de organização” (TOGLIATTI, 1976, p. 64), é por isso que os comunistas também precisam se inserir nesses espaços.

É importante explorar as possibilidades legais dentro dos sindicatos fascistas, sempre lembrando como essas organizações representam as relações de classe em suas mais variadas contradições. Neste sentido, como orientação para os comunistas da Itália,

três temas devem ser observados com atenção: i) a fábrica e a representação sindical a nível da fábrica; ii) os sindicatos locais e os encontros de membros (deve-se pressionar para haver encontros e buscar politiza-los); iii) a conclusão do contrato de trabalho.

Já o Dopolavoro se refere ao sistema de lazer para a classe trabalhadora criado pela ditadura fascista italiana, incluindo clubes, esportes e atividades diversas. Segundo Togliatti, foi um grave erro dos movimentos de trabalhadores na Itália não terem criado organizações que satisfizessem necessidades educacionais, culturais e esportivas das massas, abrindo, assim, espaço para o fascismo criá-las.

Sobre a disputa do Dopolavoro, diz o autor: “Se tomarmos o caminho do abstencionismo, o caminho do mero rompimento, estamos nos recusando a chance de organizar as massas de jovens trabalhadores [...] se tomamos essa posição, estamos nos desconectando das massas.” (TOGLIATTI, 1976, p. 82). E apresenta alguns exemplos de ações possíveis dentro do Dopolavoro que devem ser tomadas pelos comunistas: lutar para construir uma biblioteca com livros mais subversivos (Gorki, Tolstoi etc.) ou sobre a união soviética; garantir a luta por causas específicas do Dopolavoro, como um caso de roubo do caixa, má direção, ausência de espaços democráticos etc.;

Ou um caso mais extremo: o Dopolavoro de Trieste organizou uma excursão para a União Soviética, em Odessa, conhecendo as organizações locais. Todos os envolvidos foram presos ao regressar, mas os efeitos disso foram importantes para a luta.

Por fim: deve-se criar células comunistas nestes espaços, agindo como uma facção oposicionista, mas sempre vinculada às massas. Esta é a exigência mais fundamental.

Destaca-se, portanto, no diagnóstico do sétimo congresso da Internacional Comunista e dos debates que o constituíram, a necessidade de vínculo constante entre os comunistas e as massas de trabalhadores, no plano político e econômico, desde a disputa das organizações fascistas de massa à consolidação de amplas frentes populares. Assim, cabe mencionar a avaliação do comunista francês Maurice Thorez, que em 1960, analisando a atuação dos comunistas na França durante a luta contra o fascismo, principalmente após 1932, na esteira dos debates que conduziram ao informe de Dimitrov, conclui que foi fundamental o esforço pela formação das frentes populares e aproximação das massas, possibilitando forte presença dos comunistas nas diversas lutas e organizações populares, além do parlamento francês (THOREZ, 2004).

Resta, portanto, evidenciar, a partir das contribuições da IC, que não há possibilidade de esquematismo na luta contra o fascismo. Primeiro, porque o desenvolvimento do fascismo, seja como movimento político em ascensão seja como ditadura, não percorre um caminho pré determinado e, assim, nada lhes garante a vitória sobre a classe operária. Segundo, porque as formas de luta que as contradições de classe exigem dependem fundamentalmente dos desdobramentos particulares de cada situação concreta. Sendo assim, só na compreensão da luta de classes se faz possível apreender os elementos mais fundamentais da luta entre a classe operária o fascismo. É na luta de classes que se manifesta as contradições estruturais e superestruturais, expressando os principais elementos da crise política, econômica e ideológica que produzem o fenômeno do fascismo.

Sobre o papel da Internacional Comunista nesta tarefa de interpretar e combater o fascismo cabe lembrar Karl Marx que, ao defender a Associação Internacional dos Trabalhadores, não exitou em afirmar:

Onde quer que a luta de classes ganhe alguma consistência, seja qual for a configuração e as condições sob as quais ela se dê, é um fato natural que os membros de nossa Associação apareçam no primeiro plano. O solo de onde brota a nossa Associação é a própria sociedade moderna. Não haverá carnificina capaz de exterminá-la. Para fazê-lo, os governos teriam de exterminar o despotismo do capital sobre o trabalho, a condição de sua própria existência parasitária. (MARX, 2011, P. 78).

### ***Considerações finais***

O fascismo enquanto fenômeno do capitalismo em seu estágio imperialista só pode ser compreendido a partir do que consideramos ser a síntese da base da sociedade (as relações de produção) e sua superestrutura (vida social, política e espiritual): a luta de classes.

Entendemos que foi a partir da observação da luta de classes, de forma ultrapassar a aparência dos fenômenos rumo à lei que os rege, que Marx pôde captar o que havia de mais fundamental nas contradições da França que levaram Luis Bonaparte ao poder.

No mesmo sentido, acreditamos que o esforço da Internacional Comunista, principalmente após seu VII congresso, contribuiu imensamente para uma concepção de fascismo, que não se limitasse à mistificação do entendimento cotidiano, frequentemente responsável por eliminar as contradições de classe do fenômeno.

Os debates que a Internacional Comunista proporcionou, contribuíram, assim, por eliminar diversos erros recorrentes na teoria e prática dos comunistas, como as interpretações economicistas, direitistas e/ou ultra-esquerdistas. Desta forma, a orientação tática dos comunistas na luta contra o fascismo foi engrandecida, assim como a possibilidade de desenvolvimento teórico e prático futuros.

O fascismo, como vimos, se manifesta em diferentes ocasiões, sob diferentes formas, e assumindo os mais variados discursos como forma de aumentar a exploração e dominação sobre a classe trabalhadora. Faz necessário, portanto, alargar a discussão sobre o fascismo, principalmente à luz da teoria marxista, como maneira de conter o avanço reacionário e avançar na defesa dos interesses da classe trabalhadora de todo o mundo.

### **Referências bibliográficas**

DIMITROV, Giorgi. *A unidade operária contra o fascismo*. Recife: Edições Manoel Lisboa, 2014.

DUTT, R. Palme. *Fascism and social revolution: a study of the economics and politics of the extreme stages of capitalism in decay*. Chicago: Proletarian Publishers, 1978.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Prefácio. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PILGER, John. *Why the rise of fascism is again the issue*. Johnpilger.com, 2015. Disponível em: <<http://johnpilger.com/articles/why-the-rise-of-fascism-is-again-the-issue>>. Acesso em: 30 mar 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense Editora, 1972.

THOREZ, Maurice. *The popular front*. [Tradução por Mitchell Abidor de: *Fils du peuple*. Paris: Editions Sociales, 1970], 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/thorez/1960/popular-front.htm>>. Acesso em: 30 mar 2019.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lectures on fascism*. New York: International Publishers, 1976.